



**FACULDADE MARIA MILZA**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**FERNANDA DA SILVA SANTOS**

**ABORDAGEM RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO EM UMA  
ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MURITIBA- BAHIA**

**GOVERNADOR MANGABEIRA-BA**  
**2018**

**FERNANDA DA SILVA SANTOS**

**ABORDAGEM RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO EM UMA  
ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MURITIBA- BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de  
Pedagogia da Faculdade Maria Milza, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
graduada.

Orientador: Prof. Ms. Reginaldo Pereira dos Santos

**GOVERNADOR MANGABEIRA-BA  
2018**

### Dados Internacionais de Catalogação

S237a	<p data-bbox="488 1111 802 1144">Santos, Fernanda da Silva</p> <p data-bbox="488 1160 1299 1249">Abordagem religiosa no ambiente escolar: um estudo em uma escola do município de Muritiba - Bahia / Fernanda da Silva Santos. – Governador Mangabeira – Ba, 2018.</p> <p data-bbox="531 1279 584 1312">41 f.</p> <p data-bbox="531 1341 1147 1375">Orientador: Prof. Me. Reginaldo Pereira dos Santos</p> <p data-bbox="488 1404 1299 1464">Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Maria Milza, 2018.</p> <p data-bbox="488 1494 1299 1554">1. Ensino Religioso. 2. Ambiente Escolar. 3. Didática. I. Santos, Reginaldo Pereira dos. II. Título.</p> <p data-bbox="1018 1583 1131 1617">CDD 370</p>
-------	---

**FERNANDA DA SILVA SANTOS**

**ABORDAGEM RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM  
UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MURITIBA- BAHIA**

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA DE APRESENTAÇÃO**

---

Prof. Ms. Reginaldo Pereira dos Santos  
Faculdade Maria Milza- FAMAM

---

Nome do componente  
Faculdade Maria Milza- FAMAM

---

Nome do componente  
Faculdade Maria Milza- FAMAM

---

Nome do componente  
Faculdade Maria Milza- FAMAM

**GOVERNADOR MANGABEIRA-BA  
2018**

Dedico esse trabalho a minha mãe,  
Norma Célia, grande incentivadora dessa  
conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, a quem tudo devo, pela força na caminhada e pela vitória alcançada.

Agradeço a minha mãe, Norma Célia, pelo incentivo, educação e conhecimentos transmitidos que me acompanham por toda vida.

Aos meus irmãos Alan Silva e Gustavo Gabriel pela união e companheirismo.

Agradeço grandemente a minha amiga Alice Nascimento, que esteve presente em todas as fases importantes da minha vida, sendo a melhor pessoa possível, sem você não seria quem sou hoje.

A Fernando Alexandre, pelo apoio e ajuda quando tudo eram apenas ideias, obrigada por me ouvir.

As meninas incríveis da minha turma 2015.1, Ivanir Brito, Laís Villas Boas, Roniele Silva e Tanise Cerqueira, por todos os momentos compartilhados, que por muitas vezes nos apoiamos e conseguimos vencer.

Ao meu orientador Reginaldo Pereira, que me ensinou o verdadeiro sentido de “celeridade” sendo um verdadeiro incentivador na conquista desta etapa.

Agradeço aos mestres e professores que fizeram parte da minha formação, em especial aos coordenadores do curso de Pedagogia da FAMAM, Denise Pimenta e Roque Sérgio, pela compreensão que sempre tiveram, obrigada pelos ensinamentos e exemplo ao longo da minha caminhada.

Sou grata a vocês!

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

## RESUMO

Reconhecendo que o ser humano, que convive como membro de uma sociedade tem direito a uma educação que busca aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, se faz necessário a compreensão e o compromisso da educação para trabalhar com a questão religiosa no ambiente escolar, para assim, sermos uma sociedade que se reconheça como heterogênea e multicultural. O presente trabalho tem a finalidade discutir sobre a Abordagem religiosa no ambiente escolar: Um estudo em uma escola do município de Muritiba-BA. Mediante estudos realizados sobre essa temática, revelou-se a inquietação sobre como a abordagem religiosa é implementada em uma escola pública municipal de Muritiba-BA. Para isso, o trabalho teve como objetivo geral refletir como ocorre a abordagem religiosa em uma escola pública de Ensino Fundamental do Município de Muritiba-BA. Tendo como especificidades nesse estudo (1) identificar as concepções da gestão escolar e corpo docente sobre Ensino Religioso; (2) conhecer a formação dos professores para o ensino religioso no espaço escolar; (3) apontar a didática utilizada pelos docentes a partir dos modelos de ensino religioso e as formas de avaliação. A estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa de cunho qualitativo, tendo como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturada realizadas em uma escola pública municipal, com a participação de duas professoras atuantes no Ensino Fundamental e a gestão escolar representadas nesse estudo pela gestora escolar e a coordenadora pedagógica. Como resultados obtidos, foi observado que as concepções das participantes sobre o Ensino religioso estão relacionadas a “aula de religião”, que as mesmas não possuem formação específica para administrar aulas de Ensino Religioso, nem nortear uma abordagem religiosa, mas mesmo assim fazem uma abordagem na escola de cunho catequético avaliando os alunos apenas pelo comportamento.

Palavras Chaves: Ensino Religioso. Ambiente Escolar. Didática.



## **ABSTRACT**

Recognizing that the human being, who lives as a member of a society has the right to an education that seeks to learn to know, to do, to live and to be, it is necessary the understanding and the commitment of education to work with the religious question in the school environment, in order to be a society that recognizes itself as heterogeneous and multicultural. The present work has the purpose to discuss about the Religious approach in the school environment: A study in a school in the municipality of Muritiba-BA. Has the study revealed the concern about how the religious approach is implemented in a municipal public school in Muritiba-BA? For this purpose, the objective is to reflect how the religious approach occurs in a public elementary school in Muritiba-BA Municipality. Having as specificities in this study (1) to identify the conceptions of the school management and faculty on Religious Teaching; (2) know the formation of teachers for religious teaching in the school space; (3) to point out the didactics used by teachers from the models of religious teaching and the forms of evaluation. The methodological strategy used was the qualitative research, having as an instrument of data collection semi-structured interviews carried out in a municipal public school, with the participation of two teachers working in Elementary School and the school management represented in this study by the school manager and the coordinator pedagogical. As results obtained, it was observed that the participants' conceptions of religious teaching are related to "religion class", that they do not have specific training to administer Religious Teaching classes, nor to guide a religious approach, but nevertheless take an approach in the catechetical school evaluating the students only for the behavior.

Key Words: Religious Education. School environment. Didactics.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Modelos de Ensino Religioso segundo Passos 2007.....	23
<b>Quadro 02:</b> Concepções sobre Ensino Religioso- parte I.....	26
<b>Quadro 03:</b> Concepções sobre Ensino Religioso- parte II.....	27
<b>Quadro 04:</b> Formação.....	28
<b>Quadro 05:</b> Prática Pedagógica relacionada ao Ensino Religioso- parte I.....	30
<b>Quadro 06:</b> Prática Pedagógica relacionada ao Ensino Religioso- parte II.....	31
<b>Quadro 07:</b> Cursos para qualificação de professores para o Ensino Religioso.....	33

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 DA TEORIA Á PRÁTICA: LEGISLAÇÃO, CONCEPÇÕES E SABERES QUE FOMENTAM A ABORDAGEM RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>13</b>
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO RELIGIOSO: LEGISLAÇÃO E CONCEPÇÕES.....	13
2.2 DIVERSIDADE RELIGIOSA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	17
2.3 DIDÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO: MODELOS DE ENSINO RELIGIOSO E FORMAS DE AVALIAÇÃO.....	22
<b>3 CONCEPÇÕES, FORMAÇÃO E DIDÁTICA ACERCA DA ABORDAGEM RELIGIOSA: NARRATIVAS.....</b>	<b>26</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>APÊNDICE A- TCLE.....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICE B- ENTREVISTA .....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escola pública nas últimas décadas passou a atender cada vez mais estudantes das classes populares, com isso aumentou-se as discussões sobre qual o papel do ensino básico. Sabendo que o aluno é fruto de seu tempo histórico, das relações sociais, mas que também é singular, a escola contribuirá diretamente para determinar o tipo de participação na sociedade, por isso os alunos devem ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade.

Reconhecendo que o ser humano, que convive como membro de uma sociedade tem direito a uma educação que busca aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, se faz necessário a compreensão e o compromisso da educação para trabalhar com a questão religiosa no ambiente escolar, para assim, sermos uma sociedade que se reconheça como heterogênea e multicultural. Surge então o Ensino Religioso como uma disciplina reflexiva sobre fundamentos, costumes e valores de uma ou mais religiões assegurando o respeito a diversidade cultural e religiosa.

O estudo realizado revelou a inquietação sobre como a abordagem religiosa é implementada em uma escola pública municipal de Muritiba-BA?

Para isso, teve como objetivo refletir como ocorre a abordagem religiosa em uma escola pública de Ensino Fundamental do Município de Muritiba-BA, seguidos dos específicos (1) identificar as concepções da gestão escolar e corpo docente sobre Ensino Religioso; (2) conhecer a formação dos professores para o ensino religioso no espaço escolar; (3) apontar a didática utilizada pelos docentes a partir dos modelos de ensino religioso e as formas de avaliação.

A opção por esse estudo acerca da abordagem religiosa nas escolas se fundamenta, sobre inquietações que surgiram enquanto discente do curso de Licenciatura em Pedagogia da FAMAM, particularmente atrelada às discussões da disciplina de Estágio Supervisionado I. Reconhecendo a importância do Ensino Religioso como componente curricular para a sociedade, entendo que este campo de conhecimento tem um papel fundamental para a formação social, política e cultural dos sujeitos no convívio social. Saliendo que o ensino religioso é um dos temas que mais causaram polêmica na área da educação, a discussão mais atual é sobre a nova versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que prevê a

Religião como uma área do conhecimento, determinando quais são os objetivos de aprendizagem para as escolas de todo o País, em todas as etapas de ensino.

Neste sentido, a realização deste trabalho significa uma oportunidade indispensável para aprimorar meus conhecimentos teóricos sobre a abordagem religiosa no ambiente escolar na perspectiva da educação pública, além de trazer contribuições para outros pesquisadores e profissionais da área.

Essa pesquisa é legitimada pela investigação sobre a abordagem religiosa no ambiente escolar em uma instituição pública, situada no município de Muritiba-Bahia, tendo como método de abordagem a pesquisa qualitativa. Estimou-se obter resultados por meio de coleta de dados caracterizando a pesquisa de natureza exploratória, no qual, foram realizadas entrevistas, onde constituíram questionamentos sobre concepções, formação e didática dos professores quanto a abordagem religiosa adotada na instituição de ensino.

Este estudo encontra-se dividido em três capítulos: O primeiro é a Introdução que apresenta objetivos, problema, justificativa e metodologia do estudo. O segundo capítulo intitulado: Da teoria a prática: Legislação, concepções e saberes que fomentam a abordagem religiosa no ambiente escolar, trazendo três seções, a primeira intituladas como Contexto histórico do Ensino Religioso: Legislação e concepções, destacando a legislação do Ensino Religioso no nosso país e as concepções sobre o Ensino Religioso ao longo dos anos; a segunda seção intitulada como Diversidade religiosa e a Formação de Professores, traz a diversidade cultural-religiosa presente na escola e a importância da formação específica para o professor de Ensino Religioso; e a terceira seção intitulada Didática do Ensino Religioso: modelos de Ensino Religioso e formas de avaliação aponta três modelos de Ensino Religioso que podem ser encontrados nas escolas e estabelece reflexões a respeito da organização desse trabalho pedagógico centraremos a atenção nas formas de avaliação que os alunos podem ser submetidos. O terceiro capítulo expõe a análise dos resultados do estudo, tem como tema: Concepções, Formação e Didática acerca da abordagem religiosa: narrativas. Por fim vem as Considerações finais, referências e apêndices.

## **2 DA TEORIA À PRÁTICA: LEGISLAÇÃO, CONCEPÇÕES E SABERES QUE FOMENTAM A ABORDAGEM RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR**

### **2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO RELIGIOSO: LEGISLAÇÃO E CONCEPÇÕES**

Para entender melhor o Ensino Religioso e as metodologias adotadas para esse ensino, precisamos conhecer o contexto histórico no qual o ensino religioso está inserido, para tanto, será feito um recorte temporal partindo da Carta Magna (Constituição Federal de 1988) até os dias atuais.

A Constituição Federal de 1988 traz o Ensino Religioso, como matrícula facultativa, que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental. Ou seja, entre a carga horária de 800 horas anuais, que é distribuída por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, o que dá uma média de 4 horas de aula por dia, que o Ensino Religioso deve estar inserido.

Assim, é possível compreender que as aulas de Ensino Religioso devem ser disponibilizadas no horário em que a criança estuda e não no contra turno, horário oposto ao período escolar, como atividade complementar.

No artigo 19 da Constituição Federal, consta vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer ou ajudar cultos religiosos ou igrejas, o seu funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança (Brasil, 1988). Nesse artigo da Constituição, há um entendimento que o estado é laico, ou seja, não deve receber influência e não deve ter nenhum controle da Igreja sobre a vida intelectual e moral, baseada ao princípio de separação do poder público e administrativo do poder religioso, promovendo o respeito ao direito de escolha de cada indivíduo.

Na LDB de 1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), a discussão sobre ensino religioso foi retomada, trazendo:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades

religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Para que não aconteça a supervalorização de uma religião em detrimento de outra, qualquer forma de proselitismo foi proibido, ou seja, nenhuma atividade de catequese, impondo o respeito à diversidade cultural religiosa no Brasil.

Para Junqueira e Oliveira (2013, p. 233) esta primeira modalidade do Ensino Religioso, a modalidade confessional posta na LDB 9394/96, assume a concepção de “aula de religião” que passará a ser denominada de Ensino Religioso confessional, ou seja, na organização de estruturas para orientar o Ensino Religioso, estavam na realidade relacionadas e dependentes das Igrejas, uma Catequese na escola ou Catequese escolar.

Ainda de acordo com Junqueira e Oliveira (2013, p. 234) historicamente o segundo modelo, chamado de interconfessional, posta na LDB 9394/96, foi gerado a partir do movimento ecumênico. Com objetivo não do ensino de uma religião e nem catequese, mas uma evangelização ampla e rica dentro dos valores dos seres humanos, entendendo que esse sujeito é o agente de sua história, inserido e participante de uma comunidade de fé, portanto deve ser respeitado em sua consciência e em sua liberdade.

Assim sendo, afirma que de forma mais específica, a intencionalidade no modelo confessional era fazer fiéis na escola para uma denominação específica, que percorreu a história da educação pública brasileira do império aos diferentes períodos da república até a LDB 9394/96 que propôs um ensino amplo que respeitasse a diversidade presente na escola.

Santos (2015) traz que os objetivos do ER, em nível nacional, estão definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, fruto de discussão e reflexão do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso e que são como referências para preservar uma “espinha dorsal”, ou seja, parte da estrutura de um todo. Os objetivos estabelecidos são:

- Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando.
- Subsidiar o educando na formação do questionário existencial, em profundidade, para que ele possa dar sua resposta devidamente informada.
- Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manuseio das diferentes culturas e manifestações socioculturais.
- Facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das traduções religiosas.
- Refletir o sentido de atitude moral como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência pessoal e comunidade do ser humano.

- Possibilitar esclarecimento sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável. (PCNER,1996)

Pretende-se com isso, mediar o educando nas descobertas de suas capacidades humanas, tendo em vista contribuir na sua formação, para que possa diante dos desafios e exigências do mundo atual, tomar decisões certas, orientar-se por princípios que valorizam a vida, fazendo bom uso da liberdade e agindo com responsabilidade.

Contudo, os parâmetros criados pelo referido Fórum não cumprem a proposta de evitar abordagens proselitistas e apresentam “visões de mundo particulares, o que os evidenciam como uma estratégia para garantir a manutenção dessa disciplina pelo Estado em benefício das Igrejas, especialmente as cristãs” (Toledo; Amaral, 2005, p. 1).

No ano de 1997, com aprovação da lei 9.475/97 foi modificado o artigo 33 da LDB de 1996 retirando a restrição ao emprego de recursos públicos para o Ensino Religioso nas escolas públicas e assegurando como base curricular o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e proibindo quaisquer formas de proselitismo. No mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) elaborou uma proposta pedagógica para o Ensino Religioso, o Parâmetro Curricular Nacional (PCNER, 1997), que além de trazer o contexto histórico e as mudanças da compreensão desta disciplina, apresenta o tratamento do Ensino Religioso em cada ciclo do ensino fundamental com sua caracterização, objetivos, pressupostos para avaliação, bloco de conteúdos e o respectivo tratamento didático.

Complementando os PCN's, as Diretrizes para Formação de Professores de Ensino Religioso (FONAPER, 1998), orientam a sistematização do fenômeno religioso a partir das raízes das Tradições Religiosas, com vistas a formar professores para atuarem na prática escolar a partir da perspectiva da diversidade religiosa. Na reelaboração das Diretrizes para Formação de Professores de Ensino Religioso pelo FONAPER em 2009 coloca em destaque que o egresso do Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso deve ser capacitado a compreender, respeitar e valorizar os princípios históricos, culturais, filosóficos, éticos, doutrinários e morais das diferentes matrizes religiosas.

Segundo Junqueira (2014, p. 379) essa formação tem papel importante para que os professores possam compreender o fenômeno religioso e a experiência



religiosa, das diferentes tradições religiosas presentes em nossa sociedade, superando o proselitismo religioso na prática escolar.

Avançando no contexto histórico, a Conferência Nacional de Educação estabelece a necessidade de:

Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada sobre diversidade cultural-religiosa, visando superar preconceitos, discriminação, assegurando que a escola seja um espaço pedagógico laico para todos, de forma a garantir a compreensão da formação da identidade brasileira. Inserir os estudos de diversidade cultural-religiosa no currículo das licenciaturas (BRASIL, 2010, p. 163).

Compreendendo o ensino Religioso como disciplina importante da educação básica, a CONAE (BRASIL, 2010) esclarece que é essencial inserir o estudo da diversidade cultural-religiosa no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e no currículo das licenciaturas; desenvolver programas de formação inicial e continuada; ampliar os editais voltados para pesquisa; garantir que o ensino público se ajuste na laicidade, sem privilegiar quaisquer religiões, que dificultam o respeito e conhecimento de que a pluralidade religiosa é um direito assegurado na Carta Magna Brasileira.

Atualmente a discussão sobre o Ensino Religioso também é ressaltada na BNCC – Base Nacional Comum Curricular que se constitui como uma das estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) com objetivo de melhorar a educação básica, que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Na sua 2ª versão, a BNCC traz como primeira competência geral a valorizar e utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, para assim colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. E ainda, na sua sexta competência propõe a valorização da diversidade de saberes e vivências culturais sendo capaz de fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

O Ensino Religioso é tratado como área de conhecimento e componente curricular, mantendo a articulações com a área de Ciências Humanas. Dessa feita, a BNCC se constitui como norma para subsidiar os demais currículos do território nacional, cientes de que os mesmos devem estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Nas competências da BNCC constam:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

Ressaltando então que é imprescindível para formação do indivíduo o conhecimento e a convivência com diferentes tradições/movimentos/manifestações religiosas a partir de pontos de vistas diferentes, valorizando e respeitando cada uma, como também se posicionando como cidadão contra a discriminação.

Contudo, mesmo com a proclamação da República e toda a legislação a favor do Ensino Religioso com o princípio da laicidade e da separação entre Estado e Igreja, a influência de grupos religiosos no campo político ainda se faz presente. Especialmente nas últimas décadas, o protagonismo político de instituições religiosas tem se mostrado cada vez mais forte por no Brasil, gerando efeitos na política, na economia e no campo educacional (Cunha; Oliva, 2014).

## 2.2 DIVERSIDADE RELIGIOSA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Historicamente é possível identificar diferentes grupos e sociedades, nos quais se manifestam formas características de ser, viver, agir, pensar, crer e se relacionar, que são características da diversidade cultural de um povo. Assim, dentre as diversas formas de manifestações culturais podemos identificar as crenças, os movimentos e as tradições religiosas que influenciam e são influenciadas pelas diferentes culturas.

Geertz (1989 apud Santos e Rossato, 2014), explica que a diversidade cultural é como teias de significado das vivências dos sujeitos de uma determinada sociedade, e, por meio dela, determinam-se regras, acertam-se valores e sentidos que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Por isso, a cultura não é eventual, mas é o resultado de toda a experiência histórica das gerações

anteriores, que possui o poder de dominar, simbolizar e traduzir formas de viver socialmente.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) no art. 1º declara que:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Afirmando assim, que a diversidade é essencial para nossa formação e que revelam nossa identidade, sendo importante conhecer e preservar essa fonte para as futuras gerações.

Porém, historicamente, apesar de verificar-se que as diferentes culturas possuem na sua origem características próprias, conduzidos pelas relações de poder constitutivo da sociedade, alguns grupos culturais foram avaliando outros grupos como inferiores e por isso, dignos de exclusão e marginalização. (Junqueira, 2014, p. 372)

Segunda a Cartilha Diversidade religiosa e direitos humanos publicada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH, 2004), no Brasil, são inúmeros os casos de vítimas de ódio e intolerância contra aqueles que pensam, fazem suas orações ou ainda chamam o Ser Superior de maneira diferente.

Junqueira (2014, p. 374) diz que cada religião é peculiar, por expressar diferentes linguagens, diferentes formas de acreditar, de celebrar, de rezar, e de relacionarem-se com Alteridade e de simbolizar de formas diferentes esses fenômenos religiosos vivenciados pelos membros de cada cultura. Enfatizando que não há lugar para discriminação e hierarquização de valores e de culturas religiosas, uma vez que as culturas não podem ser comparadas, hierarquizadas.

Torna-se fundamental em nosso país, uma vez que o Estado Brasileiro se tornou laico, e a laicidade que condizer com a liberdade de expressão, de consciência e de culto, não pode conviver com um Estado portador de uma confissão, devendo respeitar todos os cultos. (Junqueira, 2014, p. 371)

A diversidade religiosa é um desses aspectos da diversidade cultural apontados pelos documentos oficiais e educacionais do Brasil, a qual deve ser trabalhada na educação, com vistas a formar cidadãos multiculturalistas e superar a discriminação, o preconceito, a exclusão e perseguição das religiões minoritárias presentes em nossa sociedade (KADLUBITSKI, 2010).

Enfatizando que a diversidade cultural deve ser trabalhada dentro das escolas na formação de cidadãos, com vista em diminuir ou até mesmo sanar qualquer tipo de discriminação as religiões da nossa sociedade atual.

Para incorporar nas reflexões educacionais a variedade cultural presente na sociedade, entre essas a diversidade religiosa que vem desta pluralidade cultural, Corrêa (2008) diz que é necessária a construção de uma escola democrática, inclusiva, se fazendo necessário ao espaço educativo escolar está aberto para a convivência com as diferentes expressões culturais e estimular movimentos de afirmação da identidade cultural dos diferentes grupos existentes no Brasil. Sendo assim, a possibilidade de pensar e construir uma sociedade plural com o pluralismo cultural e o respeito à diversidade estão associados à formação de sociedades democráticas com reflexões e ações políticas que favoreçam a cidadania, com o seu ponto de partida no reconhecimento da diversidade cultural, aceitação das diferenças e a igualdade de direitos. O pluralismo cultural como política visa favorecer a inclusão e a participação do cidadão, tendo por base as trocas culturais (Brasileiro; Velanga; Sousa, 2011).

Pensando dessa forma, Brasileiro; Velanga; Sousa, 2011, dizem que:

Cultura e política possuem vínculos inerentes e estreitos e não há como pensarmos em diversidade cultural sem que reconhecemos os conflitos e as tensões presentes nesta relação e a sociedade civil, o Estado e os projetos políticos apresentados à sociedade. Portanto, a primeira tarefa é superarmos a concepção homogeneizadora de ambos – Estado e sociedade – e repensarmos as formas de promoção e atuação das políticas públicas.

Nesse âmbito, precisam ser pensadas e repensadas políticas públicas que considerem os espaços políticos distintos dos diversos grupos étnicos, políticos, culturais, que estão presentes de forma conscientemente ou não na elaboração e aplicação das políticas de formação docente. Isso significa a modificação de posturas diante da complexidade que envolve a educação voltada para a diversidade cultural.

Olhando para nossa legislação, Lei N<sup>o</sup> 9394/96, sobre a formação de professores, em seu Artigo 62, se refere:

A formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A LDB coloca em destaca a necessidade da formação como professor, seja em curso na modalidade Normal, seja em curso de licenciatura.

Contudo, a nova redação dada ao Artigo 33 da LDB pela Lei Nº 9475/97 referente à formação de professores para o Ensino Religioso, normatiza que as normas para a habilitação e admissão dos professores ficam sobre responsabilidade dos estabelecimentos de ensino.

Qualquer oferta de curso de formação para professores de Ensino Religioso deve necessariamente observar este embasamento legal dado pelas Constituições, pela LDB e por pareceres e resoluções dos sistemas de ensino, seja do Conselho Nacional de Educação ou dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, de acordo com o sistema a que está vinculado o estabelecimento de ensino. Portanto, a oferta de curso não pode conduzir a qualquer forma de proselitismo, deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, deve necessariamente ser inter-religiosa e não ser restrita a uma determinada denominação religiosa, o que, por analogia, deve valer também para a oferta da disciplina de Metodologia de Ensino Religioso em curso de licenciatura em Pedagogia. (KLEIN, 2011)

Nesse sentido, mostrasse necessário a formação específica de professores para o ensino religioso em conformidade com a legislação. Apesar da ausência de diretrizes e de pareceres favoráveis à criação de cursos de graduação para formação docente em Ensino Religioso, algumas universidades públicas já instituíram cursos de licenciatura em Ciências da Religião para suprir a demanda por professores da disciplina em questão para o Ensino Fundamental (Amaral, p. 6, 2015).

Preocupados com a formação docente, Canen e Xavier (2011), dizem que a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, constitui-se como um locus privilegiado, não só para refletir e discutir sobre questões como diversidade, diferença, igualdade e justiça social, como também para a criação e a implementação de proposições que possibilitem vislumbrar novos caminhos e avanços no que tange ao trato da diversidade cultural no contexto escolar.

Referindo-se a importância da formação para o Ensino Religioso, que além de abrir discursões sobre assuntos que devem ser trabalhados no ambiente escolar abre o leque da visão do profissional sobre caminhos que podem ser tomados para lidar com a diversidade cultural possibilitando avanços.

Na proposta de Ensino Religioso do Fonaper (1997), requer um profissional de educação com: formação adequada ao desempenho de sua ação educativa; abertura ao conhecimento e aprofundamento permanente de outras experiências

religiosas além da sua; consciência e espírito sensível voltado à complexidade e pluralidade da questão religiosa; disposição ao diálogo com capacidade de articulá-lo à luz das questões suscitadas no processo de aprendizagem dos estudantes; uma vivência de reverência à alteridade; capacidade de ser o interlocutor entre escola e comunidade, reconhecendo que a escola propicia a sociabilidade do conhecimento religioso sistematizado, ao passo que a família e a comunidade religiosa são os espaços privilegiados para a vivência religiosa e para a opção de fé. Referindo-se também, a necessidade de uma formação de Ensino Religioso adequada e reconhecida a qual deve ser propriamente de licenciados.

Pelo Fonaper (2000), também foi proposto dois critérios significativos para a avaliação da formação do professor de Ensino Religioso, sendo elas a honestidade científica do profissional e a competência profissional que exigiam varias capacidades do docente.

Sobre a atuação profissional para o Ensino Religioso, Klein e Junqueira (2008) dizem que é de grande contribuição no sentido de subsidiar os alunos a enfrentarem as questões da vida, despertando-os para que possam desenvolver a religiosidade presente em cada um; orientar para a descoberta de critérios éticos, para que possam agir com uma atitude dialógica e de reverência no processo de aproximação e de relação com as diferentes expressões religiosas. Para responder a estas exigências, é fundamental e indispensável que o profissional do Ensino Religioso tenha uma formação específica que o habilite e qualifique nesta área do conhecimento.

O professor é visto, então, como mediador no processo de busca de conhecimento que se deve iniciar no estudante. Cabe a ele organizar, coordenar e medir as situações de aprendizagem, adaptando suas ações as características individuais dos estudantes, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais e humanas. Para tanto, os professores de ensino religioso devem estar plenamente inseridos no contexto institucional escolar, sem que haja discriminação nem privilegio de qualquer natureza. (OLIVEIRA, 2007, p. 122)

Então, o professor tem a responsabilidade de mediar a aprendizagem dos alunos de forma que desenvolva suas capacidades e habilidades sem nenhuma forma de discriminação religiosa, o que se torna mais fácil com a formação adequada. Porém, é preciso reconhecer que, ao longo da história do Ensino Religioso sempre houve a preocupação com a formação docente específica, embora sempre tenha sido marcada por conflitos políticos e ideológicos pela dificuldade de definir com clareza a identidade pedagógica da disciplina.

### 2.3 DIDÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO: MODELOS DE ENSINO RELIGIOSO E FORMAS DE AVALIAÇÃO

Na atualidade, fazem parte do contexto escolar modelos de Ensino Religioso com distintas bases teóricas e metodológicas, que por sua vez constroem diferentes conteúdos e posturas tanto políticas como didáticas em meio ao processo de ensino-aprendizagem.

O Ensino Religioso, conforme a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016) do Ministério da Educação, traduz pedagogicamente os conhecimentos transversais das Ciências da Religião, ciências humanas e sociais, articulados em eixos curriculares que tratam do humano e sua transcendência, dos conhecimentos simbólicos e espirituais, das práticas éticas religiosas e não religiosas.

O Ensino Religioso, articulado às demais áreas e componentes curriculares do Ensino Fundamental, tem como objeto de estudo o conhecimento religioso produzido no âmbito das culturas e tradições religiosas (indígenas, africanas, afro-brasileiras, judaico, cristã e islâmica, espíritas, hindus, chinesas, japonesas, semitas, movimentos místicos, esotéricos, sincréticos, entre muitos outros), e os conhecimentos não-religiosos (ateísmo, agnosticismo, materialismo, ceticismo, entre outros), assumindo a pergunta, a pesquisa e o diálogo como princípios metodológicos orientadores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e resignificação dos saberes, organizando-se a partir das seguintes perspectivas: 1. Identidades e Diferenças: aborda o caráter subjetivo e singular do humano a partir do estudo da corporeidade, alteridade, dignidade, imanência-transcendência, religiosidade, subjetividade, territorialidade, relações interculturais e de bem-viver. 2. Conhecimentos dos fenômenos religiosos/não religiosos: contempla os aspectos que estruturam as culturas e tradições/movimentos religiosos, a partir do estudo dos mitos, ritos, símbolos, ideias de divindades, crenças, textos orais e escritos, doutrinas, literaturas, valores e princípios religiosos. Incluem-se ainda, as convicções, filosofias e perspectivas seculares de vida. 3. Ideias e Práticas religiosas/não religiosas: aborda as experiências e manifestações religiosas nos espaços e territórios; as práticas celebrativas, simbólicas, rituais, artísticas, espirituais; a atuação das lideranças religiosas; as instituições religiosas e suas relações com a cultura, política, economia, saúde, ciência, tecnologias, meio ambiente, questões de gênero, entre outros (BRASIL, 2016, p. 175-176).

Aragão e Souza (2016, p. 434), segundo a proposta da Base Nacional Comum Curricular, diz que a religião deve ser tratada na escola como objeto de estudo que contribui com a formação integral do cidadão, em um exercício de ciência a ser feito com os estudantes sobre as religiosidades e espiritualidades em suas expressões simbólicas e valorativas, tratando-se de uma educação sobre a

religião, que difere da educação para a prática religiosa, que compete às confissões religiosas.

Como exemplo de modelo, apresentaremos, seguindo o esquema sugerido por J. D. Passos (2007), três modelos possíveis de concretização do Ensino Religioso que pertence à linha de pesquisa Fundamentos do Ensino Religioso, por sua vez ligado à área de concentração Fundamentos das Ciências da Religião.

O quadro a seguir demonstra as diferenças entre os modelos:

**Quadro 01: Modelos de Ensino Religioso segundo Passos 2007**

MODELO	Catequético	Teológico	Ciência da Religião
COSMOVISÃO	Antirreligiosa	Plurirreligiosa	Transreligiosa
CONTEXTO POLÍTICO	Aliança Igreja-Estado	Sociedade secularizada	Sociedade secularizada
FONTE	Conteúdos doutrinários	Antropologia	Ciência da Religião
MÉTODO	Doutrinação	Indução	Indução
AFINIDADE	Escola tradicional	Escola nova	Epistemologia atual
OBJETIVO	Expansão das igrejas	Formação religiosa de cidadãos	Educação do cidadão
RESPONSABILIDADE	Confissões religiosas	Confissões religiosas	Estado e Comunidade científica
RISCOS	Proselitismo e intolerância	Catequese disfarçada	Neutralidade Científica

(PASSOS 2007, P. 59, 63, 66)

No modelo catequético que é o mais tradicional, caracteriza-se na doutrina de uma determinada igreja que é de responsabilidade das confissões religiosas. O modelo teológico tem características antropológicas permitindo a discussão entre as religiões cristãs e até não-cristãs, porém, é uma catequese disfarçada pois continua sobre responsabilidade das confissões religiosas. Na ciência da religião, vista como a que menos saiu do papel, é o modelo que garante a autonomia no sentido epistemológico e pedagógico inserido em todos os currículos escolares.

“o conhecimento da religião faz parte da educação geral e contribui com a formação completa do cidadão, devendo estar sob a responsabilidade dos sistemas de ensino e submetido às mesmas exigências das demais áreas de conhecimento que compõem os currículos escolares” (PASSOS 2007:65).

Entendendo que, apesar de não garantir à neutralidade do Ensino Religioso, se deve educar transmitindo conhecimentos e valores com intencionalidade educativa, demonstrando a importância do conhecimento da religião para a vida ética e social com base na formação integral do sujeito.

Para Aragão e Souza (2016, p. 435), os modelos de Ensino Religioso que foram se desenhando no cenário histórico brasileiro, e destacado por Passos (2007)



podem falar de uma trajetória catequética-confessional, de uma teológica ou interconfessional e, também, de um modelo fundamentado nas Ciências da Religião, que parte da história e geografia comparadas dos fatos religiosos, buscando interpretá-los em um ambiente transdisciplinar. Enfatizando que não se trata mais de transmissão de doutrinas ou mesmo de reflexões de uma antropologia teológica interconfessional, mas do desenvolvimento de processos de aprendizagem crítica e autônoma sobre espiritualidades religiosas e não religiosas da humanidade.

Os diferentes componentes do currículo devem ser campo de formação em que aprendizagem dos conteúdos imprescindivelmente proporcione a inserção do aluno no cotidiano das relações sociais que são marcadas por transformações, construindo a autonomia e a cidadania (Oliveira, 2007, p.100). Complementando a discussão, este autor enfatiza que:

O componente curricular de Ensino Religioso, articulado com as demais disciplinas, contribui para a construção de uma visão de mundo, de ser humano e de sociedade, considerando o religioso na qualidade do questionamento e da atitude com que a realidade de cada um é abordada. Percebe o religioso como uma dimensão humana que vai além da superfície dos fatos, acontecimentos, gestos, ritos, normas e formulações e auxilia o ser humano a interagir na sociedade de forma responsável e atuante. (Oliveira, 2007, p.101)

Portanto, podemos dizer que o Ensino Religioso se propõe a fazer descobertas e releituras de diferentes aspectos no dia a dia da escola e da sociedade, focado na antropologia religiosa.

Para estabelecer reflexões a respeito da organização desse trabalho pedagógico centraremos a atenção nas formas de avaliação, segundo Freitas (2003), a avaliação em sala de aula, tem pelo menos três componentes que precisam ser considerados. Estes se manifestam nos aspectos: instrucional; comportamental; e de valores e atitudes. O aspecto institucional avalia o domínio das habilidades e conteúdos a partir de provas, trabalhos, entre outros. O aspecto comportamental avalia o comportamento dos alunos em sala de aula. E o aspecto de valores e atitudes ocorre no dia a dia em sala de aula, e se concretiza em repressões e em exposições dos alunos.

A partir disso, Freitas (2003) diz que avaliação existe no campo formal e informal, formal por possuir instrumentos de avaliação como provas, teste e atividades com fim de obter uma nota; e informal que são os juízos de valores que influenciam no resultado final. Enfatizando que a avaliação possui diferentes caminhos para

chegar ao mesmo objetivo, porém todos devem conhecer primeiro o objetivo da avaliação.

Falando sobre avaliação para o Ensino Religioso, Cruz (1997, p.19) traz que a avaliação é vista não como forma de punir erros, mas como forma de corrigi-los.

A avaliação é um instrumento constante de um processo que adquire significado em busca da qualidade educacional que reflete no fazer pedagógico, deve ser pensada e considerada como ato avaliativo de forma dinâmica que contemple as especificidades de cada aluno, de cada realidade escolar que dê significado ao ato educativo com conhecimentos relacionados e coerentes a esse ensino (Redyson; Santos, 2016)

A escola é o espaço de construção de conhecimentos e, principalmente, de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. E, como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos que a ele queiram ter acesso. Por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da escola, é função dela propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa. (Soares e Stigar 2016, p. 141-142)

Os conhecimentos a serem construídos nos espaços escolares devem somar no processo de desenvolvimento do aluno, principalmente quando se direcionam aos conhecimentos acerca do mundo que o cerca envolvendo os aspectos religiosos com seus saberes e práticas. A experiência e a cultura dos alunos devem ser respeitadas nas ações educativas, bem como nas ações avaliativas dos processos escolares relacionados ao componente curricular Ensino Religioso.

### 3 CONCEPÇÕES, FORMAÇÃO E DIDÁTICA ACERCA DA ABORDAGEM RELIGIOSA: NARRATIVAS

A abordagem religiosa na escola requer uma construção de uma convivência democrática que vise à valorização do indivíduo independente da sua classe social, gênero, raça ou religião, pois somente com a valorização do educando, do respeito e aceitação da diversidade que os caracteriza será possível formar indivíduos críticos, que reconheçam seus valores individuais e coletivos.

Educar é um processo democrático que permite ao ser humano se descobrir e redescobrir em comunidade que exige a participação consciente de todos. A proposta central do Ensino Religioso é auxiliar o aluno a compreender, de modo positivo, a interferência das diversas manifestações religiosas em sua realidade, extrapolando os seus limites, valorizando o pluralismo e respeitando a diversidade cultural existente na sociedade. (SILVA, p, 171, 2014)

Segundo discute o autor, enquanto instituição social que deve promover a formação e informação dos alunos, a escola não deve e nem pode fugir desse papel e função e, nesse sentido, o Ensino Religioso faz parte deste processo. A função social e a competência da escola é formar cidadãos.

Para subsidiar os dados desta pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 2 (duas) professoras atuantes do Ensino Fundamental e a gestão da escola representadas nesse estudo pela gestora escolar e pela coordenadora pedagógica da unidade escolar. A entrevista consistiu-se em saber a concepção sobre o ensino religioso, a formação dos profissionais da escola para atuação na área de educação e especificamente com Ensino Religioso e qual a prática estabelecida no ambiente escolar como Ensino Religioso, bem como as formas de avaliação que os alunos são submetidos.

As entrevistas foram realizadas de forma dialógica, possibilitando a melhor compreensão de quem são os sujeitos da pesquisa e o objetivo da pesquisa. Inicialmente, realizou-se uma sondagem acerca das concepções das participantes sobre o Ensino Religioso, o que sabiam sobre esse ensino e se tinham conhecimento das leis que regulamentam o mesmo. Assim, o quadro 02, mostra o posicionamento de cada participante sobre esses aspectos.

#### **Quadro 02: Concepções sobre Ensino Religioso- parte I**

<b>Diretora:</b> Ensino religioso é respeitar a religião do outro, não tenho conhecimento da lei só sei o que passa na TV, que deve respeitar a religião de cada um e passar valores.
---

<b>Coordenadora:</b> Ensino religioso pra mim é como na época que estudei, com fundamentos
--

católicos e ensinar valores, sei que por lei era obrigatória e com a reforma passou a não ser.
--

<b>Professora 01:</b> O ensino religioso agora é lei, faz parte do currículo, mas eu sei mais ou menos, é coisa atual, não deve ser obrigatório e nem falar de nenhuma religião.
--

<b>Professora 02:</b> Sei que o ensino religioso foi tirado das escolas, não conheço as leis
--

Fonte: pesquisa de campo.

No primeiro momento da entrevista, constatou-se que nenhuma das participantes sabia de fato o que é o Ensino Religioso, resumindo apenas o ensino em respeitar a religião do outro e ensinar valores, e não tinham nenhum conhecimento das leis que regulamentam esse ensino. A coordenadora evidenciou que para ela o Ensino Religioso hoje ainda continua como na época que ela estudou na educação básica, com fundamentos católicos.

Junqueira e Oliveira (2013, p. 233), caracteriza esta modalidade do Ensino Religioso, a modalidade confessional, que assume a concepção de “aula de religião” que está na realidade relacionada e dependente das igrejas, uma catequese na escola ou catequese escolar com a intencionalidade de fazer fiéis na escola para uma denominação específica. Modalidade essa que não condiz com o artigo 19 da nossa Constituição Federal, onde diz que o estado deve ser laico, ou seja, não deve receber influência e não deve ter nenhum controle da Igreja sobre a vida intelectual e moral, baseada ao princípio de separação do poder público e administrativo do poder religioso, promovendo o respeito ao direito de escolha de cada indivíduo.

Ainda sobre as concepções das docentes e da gestão escolar foi questionado se as mesmas consideravam importante o Ensino Religioso e como ele pode contribuir para a formação e desenvolvimento integral do aluno. Nesse sentido, o quadro 03 mostra de forma sucinta as respostas das participantes.

### **Quadro 03: Concepções sobre Ensino Religioso- parte II**

<b>Diretora:</b> Muito importante, torna os meninos mais calmos, por isso contribui no comportamento e nos valores.
---

<b>Coordenadora:</b> É importante sim, valoriza os valores, e pode contribuir para a formação de caráter, vínculos de solidariedade, na família, respeito ao próximo.
---

<b>Professora 01:</b> É importante, ensina valores, contribui no sentido de valores, o ensino sobre Deus ensina de onde viemos e como tudo surgiu.
--

<b>Professora 02:</b> Acho importante, ajuda na conduta do aluno, contribuindo assim no comportamento.
--

Fonte: pesquisa de campo.

As participantes relataram que acham o Ensino Religioso importante, e que pode contribuir na formação do seu aluno de forma geral, nos valores e no comportamento, o que está um pouco distante dos objetivos do Ensino Religioso.

Segundo Santos (2015) os objetivos do ER, em nível nacional, são como referências para preservar uma “espinha dorsal”, ou seja, parte da estrutura de um todo. Objetivos como: proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formação do questionário existencial, em profundidade, para que ele possa dar sua resposta devidamente informada; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manuseio das diferentes culturas e manifestações socioculturais; refletir o sentido de atitude moral como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência pessoal e comunidade do ser humano (PCNER,1996). Pretendem mediar o educando nas descobertas de suas capacidades humanas, tendo em vista contribuir na sua formação, para que possa diante dos desafios e exigências do mundo atual, tomar decisões certas, orientar-se por princípios que valorizam a vida, fazendo bom uso da liberdade e agindo com responsabilidade.

Em seguida, as participantes foram questionadas sobre sua formação para exercer a função atual na unidade escolar, se tinham formação para atual no Ensino Religioso ou se tinham participado de alguma atividade de formação continuada sobre o Ensino Religioso.

#### **Quadro 04: Formação**

<b>Diretora:</b> Magistério, não
<b>Coordenadora:</b> Licenciatura em Matemática com Especialização em Ensino da Matemática e Educação do Campo, não, nenhuma atividade nem parecida.
<b>Professora 01:</b> Licenciatura em Pedagogia com Pós em Psicopedagogia, não, nenhuma atividade dessa foi proposta pela Secretária de Educação.
<b>Professora 02:</b> Licenciatura em Pedagogia com Pós em Psicopedagogia, não, nem pela secretaria daqui, nem fora.

Fonte: pesquisa de campo.

A gestão da escola representada aqui pela diretora e coordenadora relatou que nunca participaram de nenhuma atividade de formação relacionada ao Ensino Religioso, somente as atividades de formação continuada propostas pela Secretaria de Educação do município como o Pacto e o Pnae, que são o Pacto Nacional pela

Alfabetização da Idade Certa – PNAIC e o Programa Nacional de Alimentação escolar.

Percebeu-se que apesar das docentes estarem em conformidade para a atuação na sua área na unidade escolar, de acordo com a legislação Lei Nº 9394/96, sobre a formação de professores, em seu artigo 62, que diz que a formação de professores necessita de nível superior, seja em curso de licenciatura, seja em curso na modalidade Normal, nunca participaram de nenhuma atividade de formação sobre o Ensino Religioso.

Klein e Junqueira (2008) dizem que é fundamental e indispensável que o profissional do Ensino Religioso tenha uma formação específica que o habilite e qualifique nesta área do conhecimento, para contribuir significativamente no sentido de subsidiar os alunos a enfrentarem as questões da vida, despertando-os para que possam desenvolver a religiosidade presente em cada um; orientar para a descoberta de critérios éticos, para que possam agir com uma atitude dialógica e de reverência no processo de aproximação e de relação com as diferentes expressões religiosas.

Assim como, Oliveira (2007, p. 122) diz que o professor é o mediador no processo de busca de conhecimento e que cabe a ele organizar, coordenar e medir as situações de aprendizagem, adaptando suas ações as características individuais dos estudantes, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais e humanas. Para tanto, os professores de ensino religioso devem estar plenamente inseridos no contexto institucional escolar, sem que haja discriminação nem privilégio de qualquer natureza.

Em seguida, seguiram os questionamentos tendo como referência a prática pedagógica relacionada ao Ensino Religioso. Sabe-se que o Ensino Religioso previsto por lei como de matrícula facultativa, que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas deve ser disponibilizado de forma que esse ensino seja laico, ou seja, que não receba influência e não tenha nenhum controle da Igreja sobre a vida intelectual e moral, baseada ao princípio de separação do poder público e administrativo do poder religioso, promovendo o respeito ao direito de escolha de cada indivíduo. Sendo oferecida pela LDB 9394/96 em caráter confessional, no qual de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; e interconfessional resultante de acordo entre as

diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. De forma que não aconteça a supervalorização de uma religião em detrimento de outra, impondo o respeito à diversidade cultural religiosa no Brasil.

O quadro a seguir mostra as respostas das participantes quando foram questionadas sobre a existência do Ensino Religioso na escola, de que forma ele acontecia e se havia alguma forma de avaliação.

**Quadro 05: Prática Pedagógica relacionada ao Ensino Religioso- parte I**

**Diretora:** Não incluímos no currículo, mas tem sim, acontecem todas as segundas-feiras aqui no pátio da escola, a coordenadora ou eu fazemos uma oração ou contamos uma história da bíblia antes do hino e depois cada professor também faz na sua sala da forma que acha melhor, os alunos são avaliados pelo comportamento e participação, eles ficam quietos na hora da oração.

**Coordenadora:** Sim, trabalha de forma interdisciplinar através de projetos e sequencias didática, oficinas, e a avaliação é processual e continua.

**Professora 01:** Existe aqui na escola, mas assim, não é disciplina, a coordenadora e a diretora dia de segunda-feira conta uma história da bíblia e faz uma oração antes do hino e aqui na sala fazemos uma oração todos os dias também, e a avaliação é feita pela observação da participação.

**Professora 02:** Sim, trabalhamos com a religião também, dia de segunda antes do hino sempre contamos uma história ou uma passagem da bíblia para as crianças, e os alunos são avaliados pelo comportamento ao longo do ano.

Fonte: pesquisa de campo.

As professoras apresentam respostas que evidenciam que existe uma abordagem religiosa na escola. E apesar da Coordenadora ter falado de um ensino interdisciplinar superficialmente, todas as outras participantes falaram dessa abordagem como algo que é trabalhado separadamente sem ligação com qualquer disciplina ou projeto, de forma que trabalha apenas a religião cristã por se referirem apenas à bíblia.

Segundo Passos J. D. Passos (2007), esse tipo de abordagem se encaixa no modelo do Ensino Religioso que pertence à linha de pesquisa Fundamentos do Ensino Religioso chamado catequético, que é o mais tradicional, caracteriza-se na doutrina de uma determinada igreja que é de responsabilidade das confissões religiosas. Não estando disposto assim a fazer descobertas e releituras de diferentes aspectos no dia a dia da escola e da sociedade com foco na antropologia religiosa.

Para Aragão e Souza (2016, p. 435) o Ensino Religioso não se trata mais de transmissão de doutrinas ou mesmo de reflexões de uma antropologia teológica

interconfessional, mas do desenvolvimento de processos de aprendizagem crítica e autônoma sobre espiritualidades religiosas e não religiosas da humanidade.

Sobre as formas de avaliação dessa abordagem, pelas respostas das participantes ficou claro que os alunos são avaliados pela participação e comportamento, mas como é uma atividade isolada acaba não contribuindo.

Segundo Freitas (2003), a avaliação em sala de aula, tem pelo menos três componentes que precisam ser considerados, o aspecto instrucional que avalia o domínio das habilidades e conteúdos a partir de provas, trabalhos, entre outros; o aspecto comportamental que avalia o comportamento dos alunos em sala de aula. E o aspecto de valores e atitudes que ocorre no dia a dia em sala de aula, e se concretiza em repressões e em exposições dos alunos. Nesse sentido percebemos que apenas o aspecto comportamental é avaliado nessa abordagem, sem nenhuma finalidade aparente.

Para Soares e Stigar (2016) os conhecimentos a serem construídos nos espaços escolares devem somar no processo de desenvolvimento do aluno, principalmente quando se direcionam aos conhecimentos acerca do mundo que o cerca envolvendo os aspectos religiosos com seus saberes e práticas. A experiência e a cultura dos alunos devem ser respeitadas nas ações educativas, bem como nas ações avaliativas dos processos escolares relacionados ao componente curricular Ensino Religioso.

Em seguida, ainda sobre a prática pedagógica as participantes foram questionadas se para elas essa abordagem contemplava a todos os alunos e de forma geral como as mesmas avaliariam a execução deste ensino.

#### **Quadro 06: Prática Pedagógica relacionada ao Ensino Religioso- parte II**

<b>Diretora:</b> Sim, contempla a todos, esse ensino aqui é bom, conseguiu a melhoria do comportamento dos alunos.
<b>Coordenadora:</b> Contempla a todos, avalio esse ensino como bom.
<b>Professora 01:</b> Sim, menos um porque ele é deficiente e não consegue acompanhar, mas já estamos tentando integra-lo, acho esse ensino bom, mas pode melhorar.
<b>Professora 02:</b> Sim, os alunos são contemplados, gosto dessa forma de ensino, é bom.

Fonte: pesquisa de campo.

Todas as participantes disseram que os alunos são contemplados e apenas um aluno que não é contemplado tem a justificativa que é deficiente e tem um problema cognitivo, das quatro participantes três acham o ensino bom e apenas uma acha que pode melhorar.



Junqueira (2014) diz que cada religião é peculiar, por expressar diferentes linguagens, diferentes formas de acreditar, de celebrar, de rezar, e de relacionarem-se com Alteridade e de simbolizar de formas diferentes esses fenômenos religiosos vivenciados pelos membros de cada cultura. Enfatizando que não há lugar para discriminação e hierarquização de valores e de culturas religiosas, uma vez que as culturas não podem ser comparadas, hierarquizadas. Então, essa abordagem adotada pela escola, confessional- catequético, não estaria contemplando a todos os alunos, já que é uma escola pública que atende a crianças das varias classes sociais, que tem contato com a diversidade de religiões.

Para Oliveira (2007) os diferentes componentes do currículo devem ser campo de formação em que aprendizagem dos conteúdos imprescindivelmente proporcione a inserção do aluno no cotidiano das relações sociais que são marcadas por transformações, construindo a autonomia e a cidadania.

As respostas das participantes mostram a falta de conhecimento no âmbito teórico e legislativo do Ensino Religioso, e fica claro que há uma falta de diálogo muito grande entre as entidades responsáveis pela formação do professor, a realidade das escolas, e as secretarias responsáveis pela educação.

Temos consciência de que o trabalho é árduo e há muito a ser feito [...], tomando o cuidado de não tratar superficialmente as religiões nem ser seus porta-vozes. Porém, fomentar as discussões em sala de aula para que o estudante exerça o seu senso-crítico e liberdade de escolha, no exercício de sua cidadania. Por isso, é de suma importância que as discussões prossigam no sentido de aprofundar as reflexões e estabelecer os postulados dessa jovem área do conhecimento. (JUNQUEIRA; RODRIGUES; PEROBELLI; GILZ, 2007)

Segundo discute o autor, ainda a muito do que ser feito pela educação brasileira, e as respostas para essas dificuldades encontram-se na promoção das capacidades de superar os desafios, fazendo com que os alunos alcancem desenvolvimento e habilidades escolares, que excedem as circunstâncias de seu aprendizado.

Contudo, precisam ser pensadas e repensadas políticas públicas que considerem os espaços políticos distintos dos diversos grupos étnicos, políticos, culturais, que estão presentes de forma conscientemente ou não na elaboração e aplicação das políticas de formação docente. Isso significa a modificação de posturas diante da complexidade que envolve a educação voltada para a diversidade cultural.

Nesse sentido, ainda pode-se questionar a falta de interesse pela qualificação, pois, mesmo que a União juntamente com os estados e municípios não ofereçam cursos de capacitação para professores, existem estes cursos de capacitação. Dentro dos cursos de formação de professores para o ensino religioso destacam-se:

**Quadro 07: Cursos para qualificação de professores para o Ensino Religioso**

Curso	Descrição do curso
Curso de Ensino Religioso nas Escolas- WR Educacional	Curso de Ensino Religioso nas Escolas, grátis com certificado válido em todo Brasil. Que traz conceitos e discussões no intuito desenvolver no aluno uma consciência crítica reflexiva sobre o ensino religioso na educação e entender qual o papel da religião na formação do sujeito. Este Curso é aplicado totalmente online.
Ensino Religioso para o Ensino Fundamental- Enfoque Capacitação	O Curso Online Ensino Religioso para o Ensino Fundamental tem o objetivo de apresentar os aspectos e peculiaridades do Ensino Religioso na formação das pessoas, assim como sua influência no modo de agir e pensar dentro das Instituições de Ensino. Neste curso sobre ensino religioso, o aluno terá a oportunidade de analisar o ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si. O curso é online, ideal para professores e demais interessados no assunto.
Curso de Ensino Religioso- Instituto Souza	Curso de Capacitação Profissional de Ensino Religioso 120 horas, o curso tem como objetivo capacitar os profissionais da educação para uma atuação mais eficaz nas instituições de ensino voltadas ou que mantêm em sua grade curricular o Ensino Religioso, a partir da capacitação de competências e habilidades como forma de desenvolvimento profissional e pessoal.
Curso à distância de Metodologia do Ensino Religioso- Capacitação EAD	O Curso à distância de Metodologia do Ensino Religioso favorece o aprendizado de conteúdos na área das ciências da religião, abordando tópicos relevantes como motivos para ensinar religião, conflitos, diversidade cultural, primórdios do ensino religioso e metodologias de ensino. Esse programa visa também levar os alunos a refletir sobre a importância e a função da educação para a religiosidade.
Ensino Religioso – 530 HORAS Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI	Tem como objetivo formar profissionais especialistas na docência de ensino religioso para atuar nas escolas de educação básica e demais espaços educativos, por meio de embasamento teórico-metodológico e práticas pedagógicas, bem como a produção de conhecimentos sobre a humanidade e bases epistemológicas para o aprofundamento dos estudos sobre o fenômeno

	religioso. Como Curso de Pós-Graduação é oferecido na modalidade on-line. <sup>1</sup>
--	--

Os cursos mencionados para o Ensino Religioso são suportes para os professores que atuam ou querem atuar com o a disciplina de Ensino Religioso ou para nortear a abordagem religiosa adotada nas escolas, na perspectiva de qualificar a prática do professor, para que este possa acompanhar as modificações e melhorias da educação, visando qualificar, principalmente, os processos iniciais, que tem por finalidade conceber suporte para o desenvolvimento das crianças, promovendo assim sua formação integral.

Como se pode notar, o Ensino Religioso é considerado importante no ambiente escolar, porém pela falta da formação específica, esse ensino é aplicado de forma inadequada não contemplando todos os alunos e sem a promoção da convivência com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. Diante desses resultados, seria indispensável ao professor buscar mecanismos de qualificação da sua prática, para assim conseguir o suporte teórico e metodológico que atenda as demandas da educação, capaz de promover alterações no contexto social à medida que considera a diversidade e a complexidade dos sujeitos.

---

<sup>1</sup> As informações foram retiradas de sites diferentes, por isso, as fontes de pesquisa aparecem nas referências.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se constitui de extrema importância, pois relata sobre as emergências da educação nas suas abordagens religiosas adotadas, visando que esta pesquisa não se encerra neste documento, mas que seja utilizada como respaldo para outras inquietações do mesmo âmbito.

Considerando as fases e etapas desta pesquisa, avalia-se que ainda há muito que se fazer pelo Ensino Religioso, dentro de questões que não somente denunciam a fragilidade do cumprimento efetivo das políticas relacionadas a esse ensino, como no conjunto teórico metodológico ofertado pelas faculdades e universidades.

Foi percebido durante toda a construção e principalmente nas entrevistas que tanto as professoras quanto a gestão da unidade escolar tem um conceito raso no que se refere ao Ensino Religioso, pois mostram a falta de conhecimento no tanto no âmbito teórico quanto legislativo desse ensino, tal realidade tem vários agentes contribuintes que ora pode ser atribuído às lacunas das políticas públicas e ora, as suas formações.

Os objetivos desta pesquisa se tornam respondidos quando durante o processo de coleta de dados através da entrevista, às professoras e a gestão escolar mostraram ter uma concepção de ensino religioso como uma “aula de religião” relacionada e dependente das igrejas com a intencionalidade de fazer fiéis na escola para uma denominação específica, não apresentando ter nenhuma formação específica para administrar o ensino religioso na escola nem nortear qualquer abordagem religiosa. Realizando mesmo assim uma abordagem na escola de cunho catequético caracterizado como uma doutrina de uma determinada igreja, e fazendo a avaliação apenas pelo aspecto comportamental já que é uma atividade isolada.

Visto que, o Ensino Religioso é importante para a formação básica do sujeito, no âmbito da educação, na rotina da sala de aula, é um processo ainda em desenvolvimento, que precisa ser pensado e repensado para que de fato seja implementado de forma adequada e em conformidade com sua legislação. É percebido que ainda se tem muito que fazer pelo Ensino Religioso, principalmente no que se refere à transcendência e unicidade da diversidade cultural-religiosa brasileira. Questiona-se então, a elaboração de políticas públicas relacionadas ao

Ensino Religioso e a promoção da formação desses professores para a atuação no âmbito escolar de forma que respeite a diversidade existente.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Gilbraz de Souza; SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de. Trajetórias e modelos do Ensino Religioso. **Paralellus**, Recife, v. 7, n. 15, p. 425-438. set./dez. 2016.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em 02 de mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Documento Final. Conferência Nacional da Educação**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**: Proposta Preliminar Segunda Versão. Brasília, DF: Ministério da Educação, abril de 2016.

BONAVIDES, P; AMARAL, R. **Textos Políticos da História do Brasil**. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 1996.

CAPACITAÇÃO EAD (Associação Brasileira de Educação a Distância). **Curso à distância de Metodologia do Ensino Religioso**. Disponível em: <http://www.capacitacaoead.com.br/cursos-ead/educacao/metodologia-do-ensino-religioso>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

CORRÊA, R. L. T. **Cultura e diversidade**. Curitiba: Ibeplex, 2008.

CRUZ, Therezinha M. L. da. **Didática de ensino religioso**: nas estradas da vida: um caminho a ser feito. São Paulo : FTD, 1997.

ENFOQUE CAPACITAÇÃO (Associação Brasileira de Educação a Distância). **Ensino Religioso para o Ensino Fundamental**. Disponível em: <https://enfoquecapacitacao.com.br/cursos-online/ensino-religioso-para-o-ensino-fundamental>. Acesso em: Acesso em: 14 de junho de 2018.

FONAPER. **Diretrizes para formação de professores de ensino religioso**. Brasília: UCB, 1998.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. São Paulo: Moderna, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológico. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161. 2003.

IMIGRANTE. Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. **Ensino Religioso – 530 HORAS**. Venda Nova do Imigrante. Disponível em: < <http://faveni.edu.br/cursos/ensino-religioso-530-horas/>>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

INSTITUTO SOUZA (Associação Brasileira de Educação a Distância). **Curso de Ensino Religioso**. Disponível em: <http://institutosouza.com.br/capacitacao-profissional/instituto-souza/capacitacao-ensino-religioso-240-horas>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

JUNQUEIRA, S. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KADLUBITSKI, L; JUNQUEIRA, S. (2010). **Cultura e Diversidade Religiosa: diálogo necessário em busca da Fraternidade Universal**. *INTERAÇÕES*, v. 5 n. 8, Jul./dez. p. 123-139.

KADLUBITSKI, Lidia. **Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da Fraternidade Universal**. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6444>>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

KLEIN, Remí. **Formação docente na área do Ensino Religioso: socialização de projeto de pesquisa em curso de pedagogia no RS**. Disponível em: < [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4724\\_2519.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4724_2519.pdf)>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, L. B. **Ensino Religioso: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

PASSOS, João Décio. **Ensino religioso: construção de uma proposta**. São Paulo: Paulinas, 2007.

REDYSON, Deyve; SANTOS, Mirinalda Alves Rodrigues dos. **O Processo de avaliação no Ensino Religioso: a procura de uma estratégia de ensino-aprendizagem**. CONEDU- Congresso Nacional De Educação, 2016.

SANTOS, Eliane Aparecida Galvão dos; ROSSATO, Mariana de Moraes. A valorização da diversidade no contexto escolar: aprendendo com as diferenças. **Thaumazein**, Santa Maria, v. 8, n. 14, p. 129-139, dez 2014.

SANTOS, José Carlos do Nascimento. **Didática do Ensino Religioso para sala de aula do Ensino Fundamental II**. Anais do Congresso ANPTECRE, v. 05, 2015.

SANTOS, Renan Bulsing dos. **Religião é igual, religião é diferente**: reflexões a partir do ensino religioso em escolas públicas de Porto Alegre. Dissertação (Dissertação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Grande do Sul, 2013.

SILVA, Isaac Pinto da. Ensino religioso na sala de aula: contribuições à formação do aluno e à aprendizagem de valores. **UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória-ES, v. 2, jul-dez, 2014.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. STIGAR, Robson. Perspectivas para o Ensino Religioso: A Ciência da Religião como novo paradigma. **Revista Rever**, Jan/Abr 2016, p. 137-152.

SOUZA, R. A. Novas perspectivas para o ensino religioso: a educação para a convivência e a paz. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.1, p.25-49, jan./jun.2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2002.

WR EDUCACIONAL (Associação Brasileira de Educação a Distância). **Curso de Ensino Religioso nas Escolas**. Disponível em: <  
[https://www.wreducacional.com.br/?gclid=CjwKCAjwpljZBRBsEiwA0TN1r62yHkNIIJEN1KFeOeYSoBO2fLcrw\\_KRV-C6Cvh1m2pNP6uxKbmaQRoCb1sQAvD\\_BwE#>](https://www.wreducacional.com.br/?gclid=CjwKCAjwpljZBRBsEiwA0TN1r62yHkNIIJEN1KFeOeYSoBO2fLcrw_KRV-C6Cvh1m2pNP6uxKbmaQRoCb1sQAvD_BwE#>).  
Acesso em: 14 de junho de 2018.



## APÊNDICE A- TCLE



FAMAM - FACULDADE MARIA MILZA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECISO – TCLE

**Título do projeto:** ABORDAGEM RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR: um estudo em uma escola do município de Muritiba- Bahia (2017 – 2018).

**Pesquisador responsável:** Fernanda da Silva Santos

**Pesquisador orientador:** Professor Mestre Reginaldo Pereira dos Santos

Eu, \_\_\_\_\_, afirmo ter conhecimento dos procedimentos relacionados à pesquisa, cujo objetivo é: “Refletir como ocorre a abordagem religiosa em uma escola pública de Ensino Fundamental do Município de Muritiba-BA no período de 2017 até 2018, além de conhecer a formação dos professores para o ensino religioso no espaço escolar e a didática utilizada pelos docentes a partir dos modelos de ensino religioso e as formas de avaliação”. A metodologia do trabalho envolve a entrevista exploratória ou semiestruturadas (gravadas em equipamento digital), e como procedimentos de análise, utilizará a interpretação dos dados.

Declaro para fins de direito, que estou ciente e de acordo em participar de modo voluntário e gratuitamente no referido estudo, que não apresenta riscos à minha integridade física, moral ou mental. Autorizo a divulgação dos resultados das análises, estando ciente de que será garantido absoluto sigilo sobre a minha identidade, que meu nome não aparecerá em nenhuma publicação e que este estudo não reverterá em benefícios pessoais aos participantes, mas contribuirá para a ampliação do conhecimento em relação ao tema. Sei que tenho liberdade de recusar a participar da pesquisa e deixá-la a qualquer momento, sem que isso traga nenhum prejuízo às minhas atividades na instituição.

Muritiba/Bahia, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Contato com o pesquisador: Faculdade Maria Milza (FAMAM). Rodovia BR-101 – Km 215 – Governador Mangabeira – BA. CEP: 44.350-000. E-mail: nandasils@hotmail.com. Telefone (75) 99119-7147.

## APÊNDICE B- ENTREVISTA



FAMAM - FACULDADE MARIA MILZA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

### ENTREVISTA

**Título do projeto:** ABORDAGEM RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR: um estudo em uma escola do município de Muritiba- Bahia (2017 – 2018).

**Pesquisador responsável:** Fernanda da Silva Santos

**Pesquisador orientador:** Professor Mestre Reginaldo Pereira dos Santos

#### Bloco I – CONCEPÇÕES SOBRE ENSINO RELIGIOSO

1. O que você sabe sobre o ensino religioso?
2. Tem conhecimentos das leis que regulamentam esse ensino? Sabe como esse ensino deve ser aplicado?
3. Considera esse ensino importante? Por quê?
4. Na sua avaliação, como o ensino religioso pode contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos?

#### Bloco II – FORMAÇÃO

1. Escolaridade: Bacharel ( ) Licenciatura ( ) Especialista ( ) Mestre ( )
2. Profissão que exerce: \_\_\_\_\_
3. Área de formação acadêmica (graduação): \_\_\_\_\_
4. Você participou de alguma atividade de formação continuada no último ano? Se sim, de que gênero? Já participou de alguma formação continuada voltada para o ensino religioso?

#### Bloco III – PRÁTICA PEDAGÓGICA RELACIONADO AO ENSINO RELIGIOSO

1. Na sua escola possui o ensino religioso? De que forma acontece e qual a frequência?
2. Para você, todos os alunos são contemplados?
3. De que forma esses alunos são avaliados?
4. Como você avaliaria, de forma geral, a execução deste ensino na sua escola?